

“Associativismo, profissões e políticas públicas – III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero”

Nome da sessão temática: Gênero, reestruturação e precarização nas relações de trabalho

Título do Trabalho: O trabalho e as migrações na sociedade moderna: possibilidades ao estudo de gênero

Autor(es); Lorena Francisco de Souza/ Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

O trabalho e as migrações na sociedade moderna: possibilidades ao estudo de gênero

Lorena Francisco de Souza¹

Considerações iniciais

Este trabalho faz parte das reflexões desenvolvidas na tese de doutoramento sobre migrações internacionais, com foco na mobilidade estudantil. No entanto, ao principiar o debate e leituras sobre a mobilidade, faz-se mister angariarmos uma discussão sobre elementos centrais na análise do fenômeno migratório na sociedade atual.

Partimos da contribuição de Alves (2004) quando pontua a grande causa da mobilidade humana nos tempos atuais. Este autor referencia ser as transformações ocorridas no mundo do trabalho sustentadas pela crise da produção e do capital o principal drama que envolve milhares de trabalhadores no deslocamento geográfico e o oferecimento de sua força de trabalho como condição para sua sobrevivência.

Nossa sociedade se alimenta da produção de mercadorias e o trabalho humano é a mola propulsora para esta produção. Os deslocamentos de trabalhadores são os subterfúgios adotados nesse momento em que já não é possível absorver mão-de-obra suficiente num determinado espaço, ocorrendo o fluxo à medida que o capital se mostra ávido por resistir aos seus próprios fracassos.

Gaudemar (1970) apresenta uma abordagem fundante na discussão sobre a mobilidade do trabalho quando analisa-a do ponto de vista crítico-marxista, contrastando-a com a chamada axiomatização neoclássica da mobilidade perfeita do trabalho. Assim, o autor supera o conceito intuitivo de mobilidade do trabalho ligado à sua dimensão meramente espacial ou setorial. A mobilidade passa a ser estudada, no âmago dos processos de reprodução do capital, como a característica da força de trabalho que permite seu uso no modo de produção capitalista.

Posteriormente, vários autores/as da Geografia buscaram compreender a questão migratória a partir da leitura analítica de Gaudemar (1970), obedecendo às transformações ocorridas em cada momento histórico e lançando um olhar sobre as implicações que os deslocamentos de pessoas trazem à organização político-econômica dos espaços de forma a revisitar e/ou transcender o pensamento Gaudemariano com as novas leituras sobre as migrações, as políticas e estratégias adotadas para o controle. Esse artigo pretende dar visibilidade às reflexões desses/as autores/as sobre o fenômeno migratório na modernidade.

A reestruturação produtiva no mundo do trabalho: uma perspectiva geográfica

A partir do conceito de mobilidade do trabalho, podemos aferir a questão migratória, primeiramente, nos referindo ao contexto da reestruturação produtiva. Nesse sentido, a análise de Gaudemar deve ser retificada com a consideração de que, embora o Capitalismo não tenha o mesmo ritmo de absorção do trabalho, a condição móvel dos vendedores de força de trabalho não é inerente, não é inata, mas adquirida e produzida historicamente. O Capitalismo precisou e precisa apelar para a produção da mobilidade, para a produção do trabalhador flexível que tem de se dobrar às suas necessidades.

Antunes (2003) faz uma discussão crítica do mundo do trabalho com a crise do capitalismo. Segundo ele, a crise provocou profundas mudanças no mundo do trabalho, como o desemprego estrutural e condições precárias de trabalhadores. O Capital cria mecanismos de

¹ Doutoranda em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. E-mail: loresouza@usp.br

superação da crise, reorganizando seu sistema de dominação. Acontece que a reestruturação produtiva em tempos de neoliberalismo, agravou a crise.

Este autor considera a crise estrutural do modo de produção capitalista a partir do fordismo no decorrer das décadas de 1960 e 1970 em decorrência de queda nas taxas de lucro, aumento do valor da força de trabalho e redução dos níveis de produtividade do capital industrial, diminuição do consumo com o desemprego estrutural e, por fim, a hipertrofia da esfera financeira. Além de outras catástrofes, em termos sociais, houve uma intensificação da exclusão de países do Terceiro Mundo do compromisso social-democrata.

O aumento gradual da reestruturação produtiva nos anos 1990, no contexto da crise e internacionalização da economia, alterou substancialmente o funcionamento do mercado de trabalho, aumentando as taxas de desemprego, precarização e informalização do trabalho (ARAÚJO e FERREIRA, 2000). Tais transformações nas cadeias produtivas culminaram com uma profunda contradição do processo de transformações produtivas com inovações tecnológicas cada vez mais avançadas e contratação de mão-de-obra pouco qualificada.

Frente à tal contraditoriedade, surge um paradoxo de estabilidade e de instabilidade da força de trabalho (HIRATA, 1984). A chamada estabilização corresponde a um mínimo de trabalhadores/as qualificados/as com relativa autonomia e responsabilidade na produção, enquanto a instabilização tem uma demanda global e favorece o aumento do desemprego e subemprego, além de uma superexploração do/a trabalhador/a.

Ao mesmo tempo em que o Estado procura exercer o poder, não consegue responder pelas mudanças decorrentes da crise como se não pudesse obter controle sobre elas. No que tange às delegações do Estado e de sua soberania, no raciocínio de Haesbaert e Gonçalves (2006), ele, pela constituição jurídica, deveria ter o controle exclusivo de relações sociais pelo controle do espaço, mas essa premissa foi abalada com a ampliação das escalas a nível global sobre poluição, gestão de recursos naturais e mobilidade da população através das redes de migração globalizadas.

Numa perspectiva geográfica, para Thomaz Junior (2002) é recorrente apontarmos que o processo de reestruturação produtiva do capital provoca um extenso conjunto de modificações no âmbito do trabalho e isso remete a profundas alterações no espaço e no território (enquanto categorias de uso interligado), portanto, em diferentes escalas de análise. Esses referenciais teóricos nos põem na linha de frente para captarmos o movimento através das suas contradições, pelo viés da sua dimensão espacial. A consolidação da reestruturação produtiva do capital traz a “pedagogia da competitividade” e das vantagens competitivas, num contexto marcado pela mundialização do capital e pela difusão das políticas neoliberais (THOMAZ JUNIOR, 2002). Para este autor,

A Geografia contribui com o desvendamento das manifestações territoriais do processo social, possibilitando-nos o entendimento das transformações no mundo do trabalho a partir dos rearranjos espaciais que dão formas e contornos e se fundamentam sobre conteúdos sociais diversos, ou seja, enquanto processo histórico de construção e transformação, que por sua vez, substantiva-se em ordenamento territorial diferencial (p.17)

Nessa perspectiva de salientar as contribuições da geografia na compreensão e análise do trabalho e de suas contradições Thomaz Junior (2002) assegura que nós, geógrafas/os, nos sentiríamos impossibilitados para entender as características espaciais do mundo do trabalho se não houver uma preocupação em abordar as contradições do processo social que marcam as trocas e determinações da dimensão do trabalho em todas as escalas. A

complexidade das relações econômicas, políticas e culturais na dinâmica da sociedade também interferem no mundo do trabalho.

Por essa assertiva, é que vemos a necessidade de considerar o/a próprio/a migrante como agente e produto dos deslocamentos. As migrações nem sempre deixam marcas visíveis na paisagem como a urbanização e industrialização, mas a fluidez e a dinâmica do espaço confirmam a importância delas. Não é difícil vermos estudos que atentam para o caráter de “deslocado” do/a migrante, de uma espécie de desespacialização vivida por ele/a, a sua desterritorialização, termo controverso, transforma-o num objeto de exploração capitalista ainda mais frágil e submetido (POVOA, 2001).

Do trabalho para a mobilidade do trabalho

O trabalho é uma das categorias mais importantes na constituição do pensamento crítico sobre o modo de produção capitalista. Mesmo em um momento em que alguns/mas estudiosos/as têm deslocado a preocupação ontológica com o trabalho a partir da crítica à modernidade, ainda há uma vasta gama de autores/as que discutem, a partir de Marx, a consolidação do trabalho como meio de produção e reprodução da mais-valia e da força de trabalho como a mola propulsora do fortalecimento do Capital.

Ressalta-se aqui as considerações de Marx (1983) sobre o trabalho, visto como um elo de ligação entre o ser humano e a natureza em que o primeiro “media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (p.30). Nesse processo de auto-realização da humanidade através do trabalho, há de se reconhecer o conteúdo do metabolismo social do capital que faz com que a relação sociedade e natureza seja considerada pela Geografia como base fundamental na compreensão dos vários significados do trabalho no mundo atual ou, usando a expressão de Antunes (2000), da “classe-que-vive-do-trabalho”.

O ser humano é capaz de efetuar a transformação material ao mesmo tempo em que sabe que determina a espécie e o modo de sua atividade. O processo de trabalho é a atividade que tem a finalidade de produzir valores de uso que saciam a necessidade humana. O impasse surge quando esta atividade responde ao processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista em que o/a trabalhador/a exerce sua atividade controlado/a pelo capitalista, o dono de sua força de trabalho. Além disso, o produto produzido pelo/a trabalhador/a é, puramente, propriedade do capitalista, visto que ele paga pela força de trabalho dispendida, ele a utiliza como qualquer outra mercadoria. A partir do momento em que o capitalista compra a força de trabalho do/a trabalhador/a, ele incorpora o trabalho como um elemento constitutivo do produto (MARX, 1983).

É a partir do trabalho que lança-se a formulação e compreensão do significado de mobilidade do trabalho, cunhado por Gaudemar (1977) na perspectiva crítico-marxista, embora apresente um aprofundamento teórico em relação ao que Marx pouco se debruçou. O autor salienta a razão pela qual apresenta novas bases para se pensar a mobilidade do trabalho, visto que a economia política clássica invisibilizou o processo histórico no debate sobre o trabalho e seus desdobramentos, apresenta-se como uma “crítica” na qual “os homens [os seres humanos] fazem precisamente tudo menos história” (p.12).

Gaudemar (1977) procura não se ater às variáveis do trabalho como exploração, mais-valia e força de trabalho, ao passo que enfatiza a natureza da força de trabalho que se presta de maneira intensiva e extensiva e como designar a sua qualidade. Por meio dessa investigação sobre a qualidade da força de trabalho é que o autor se lança na investigação sobre o conceito de mobilidade do trabalho. A reflexão sobre esse conceito induz ao questionamento sobre o uso do trabalho e dos corpos pelo Capital.

Com esse ponto de partida, o autor vai desmontar o discurso econômico e suas estratégias para explicar a mobilidade. Falar de mobilidade apenas a partir dos deslocamentos espaciais é, puramente, intuitivo. Cabe, para fugir desse posicionamento, não a prática de estudar a noção de mobilidade, mas a investigação das causas dos movimentos que ela indica.

É a partir desse pano de fundo que Gaudemar (1977) construirá seu conceito marxista de mobilidade do trabalho, extrapolando sua dimensão meramente espacial difundida pelo senso comum, valendo-se de um contraste com o que chamou de “axiomatização neoclássica da mobilidade perfeita do trabalho”. Para isso, o autor contesta a abordagem neoclássica economicista sobre a mobilidade do trabalho.

Por outro lado, é evidente a passagem efetuada por Marx da esfera da circulação, enfatizada pelos neoclássicos, para a esfera da produção, nos termos inicialmente colocados acerca da ruptura epistemológica que o mesmo promove na economia. Em suma, o objetivo é demonstrar como as diferentes utilizações de uma mesma idéia, qual seja a da mobilidade perfeita do trabalho, podem ter funções absolutamente diferentes segundo a matriz teórica a que estão ligadas, já que também Marx postula uma mobilidade perfeita do trabalho, embora fincada em outros alicerces.

A primeira tese enunciada pelo autor para debruçar-se sobre o conceito de mobilidade é a superação do conceito intuitivo de mobilidade do trabalho ligado à sua dimensão meramente espacial ou setorial. A mobilidade passa a ser estudada, no âmago dos processos de reprodução do capital, como a característica da força de trabalho que permite seu uso no modo de produção capitalista. Sua segunda tese é a de que o silêncio dos economistas a respeito da mobilidade do trabalho é um equívoco de percepção, não se tratando de uma possível marginalidade do conceito.

O conceito marxista de mobilidade, configurando a tese central de Gaudemar (1977), consiste na “condição de exercício de sua ‘liberdade’ [do trabalhador] de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital”.

Se a mobilidade torna-se um instrumento de adaptação da mão-de-obra, os deslocamentos espaciais não são os únicos em causa, como também o são os modos de passagem da mão-de-obra disponível para as esferas de valorização do capital e todos os modos de intensificação e produtivização desta mão-de-obra. Estas formas implicam no encorajamento dos movimentos migratórios, polarizando espaços para o desenvolvimento capitalista. Gaudemar (1977) argumenta que a força de trabalho mobilizada tende a dispor os lugares para o desenvolvimento do capital, o que implica uma mobilidade sem preferências, porque ao trabalhador importam os melhores ganhos em salários.

A conclusão de Gaudemar (1977), nesse contexto, é a de que Marx, embora também identifique uma tendência à perfeição da mobilidade do trabalho, o faz para criticar a mobilidade forçada do trabalho atendendo às determinações da reprodução do capital. Assim, por um lado, elimina-se do esforço conceitual acerca da mobilidade do trabalho o individualismo metodológico, uma vez que o trabalhador deixa de ser visto como agente que decide maximizar seu salário, mas é levado à mobilidade por uma força externa.

Nesse ínterim, a preocupação diante dessa reflexão consiste em debruçar-se sobre os/as trabalhadores/as imigrados/as, em condições cada vez mais precárias de trabalho e deslocamento. Os/as imigrados/as, assim, constituem uma força de trabalho móvel que pode ser deslocada de estabelecimento para estabelecimento ou de ramo para ramo, segundo a conjuntura e que pode ser devolvida à procedência sem tensões nem gastos sociais importantes. Eles nem sequer são donos da sua força de trabalho, pois seus deslocamentos são submetidos à exigência da lei e das necessidades do capital – mobilidade forçada, não

disponibilidade dos mesmos direitos sindicais, não-direito à expressão cultural própria. A consideração sobre a mão-de-obra imigrante é de suma importância no entendimento da crise no mundo do trabalho e dos mecanismos utilizados para a superação da crise do Capital.

A questão migratória no mundo do trabalho moderno

As migrações correspondem a um fenômeno de destaque nas novas relações no mundo do trabalho. Para uma análise da mobilidade de população é necessário haver uma compreensão do mundo do trabalho e, na contemporaneidade, da situação de crise do setor produtivo (ALVES, 2004). De acordo com este autor,

(...) uma sociedade produtora de mercadorias, como a nossa, que ainda se sustenta no trabalho humano, se ressentida quando ela já não consegue dar conta de absorver parte da mão-de-obra disponível. Dessa maneira, cada vez mais um volume de trabalhadores se coloca em movimento, deslocando-se para onde ainda vislumbra possibilidades de alcançar um posto de trabalho, mesmo que isso seja apenas um ato visionário (2004, p. 45)

A migração é definida, de maneira simplória, como mobilidade espacial da população, porém, trata-se de um conceito complexo que repercute em mudanças nas relações de produção e reprodução do espaço. As principais correntes teóricas que debruçaram sobre a questão migratória foram a neoclássica e a neomarxista, sendo que, até a década de 1970, predominava a perspectiva neoclássica, enquanto o neomarxismo apresentava-se, posteriormente, como uma resposta oposta levantada, num primeiro momento, por Gaudemar (1977) até se estabelecer como uma temática bastante investigada por geógrafos/as dos mais diferentes pontos de vista teóricos.

A perspectiva neoclássica baseava-se na análise descritiva e dualista, dando ênfase aos índices de fluxos demográficos e vontades individuais do migrante, negando o processo histórico na formação social. De acordo com Becker (1997) essa abordagem correspondia a um modelo reducionista da realidade ao considerar a sociedade do ponto de vista da individualidade, levando a constatação de que a migração nada mais era do que a busca pessoal por melhoria de vida.

O que a abordagem neomarxista procura apontar é justamente a idéia de que a mobilidade populacional não se trata de uma vontade pessoal, mas também por pressão das necessidades do Capital de se reproduzir. Gaudemar (1977) apresenta-se como um dos primeiros teóricos a mencionar o termo “mobilidade forçada” que corresponde, justamente, a essa não vontade pessoal, pois o indivíduo se vê forçado a migrar pelos arranjos socioeconômicos estabelecidos no mundo do trabalho.

O neoliberalismo econômico cria uma nova gestão do trabalho, com o intuito de controlar a qualidade da produção ao mesmo tempo em que aumenta a exclusão do/a trabalhador/a. nesse sentido, Becker (1997) afirma que a estruturação da sociedade capitalista como uma sociedade do trabalho está em crise. Para ela

um novo paradigma das migrações está em gestação como resultante da atual internacionalização da economia; desenvolve-se numa conjuntura onde de um lado ocorre a reestruturação tecnológica e, de outro, o aprofundamento da exclusão social (1997, p. 331)

A mobilidade constitui-se, então, como uma estratégia para perpetuar as desigualdades de espaço, pois ele não atende as necessidades da população. Atualmente vem se retitulando o chamado “exército de reserva” cunhado por Marx em relação aos/as trabalhadores/as. Mesmo que sejam categorias de análise utilizadas em um momento histórico anterior ao atual, ainda são fundamentais na discussão sobre mobilidade populacional, pois esse “exército” são os/as trabalhadores/as repelidos pelos setores da economia moderna. Eles/as perdem seus empregos, mas são deslocados para outras atividades e subempregos.

Santos (2000) salienta que condenar os/as trabalhadores/as à imobilidade é injusto e, ao mesmo tempo, impossível, mas se pensarmos nas causas da mobilidade veremos que são forçadas e provocadas pelo fato de que “o jogo do mercado não encontra qualquer contrapeso nos direitos dos cidadãos” (p.44), pois a mobilidade também corresponde ao consumo e, conseqüentemente, a inacessibilidade de bens e serviços.

Atualmente as camadas populares e a própria classe média tem buscado a migração como solução para as diferenças entre o número de assalariados e desempregados. A negação sutil e, ao mesmo tempo, gritante do direito ao trabalho, alimentação, moradia e demais serviços básicos para a população obriga a mesma a migrar continuamente na tentativa de driblar o desemprego e a impossibilidade de competir, mas tais assertivas só escondem o verdadeiro sentido da perversidade das novas velhas medidas do sistema econômico para se manter e, assim, a população se engana com a idéia de ascensão e melhoria maquiados pelo aumento do número de empobrecidos e concentração de riquezas.

Temos que nos atentar, como já discute Martins (1998), sobre a falácia da idéia de exclusão perpetuada pelo capital quando discutimos a situação dos/as migrantes. Para este autor, o conceito de exclusão é um dos fundantes na análise e compreensão do fenômeno migratório na contemporaneidade, visto que a sociedade moderna produtora de mercadorias, na realidade, não exclui, ou, melhor dizendo, lança a exclusão para incluir e, para pertencer a essa sociedade, transforma todos em produtores e vendedores de mercadorias. Assim, todos/as devem incluir-se na sociedade do trabalho, devem vender ou comprar a força de trabalho e, conseqüentemente, tornarem-se consumidores/as, pois é necessária a manutenção de um ciclo vicioso.

O estímulo à migração internacional, provocado pelas concepções neoliberais “globalizantes”, não é acompanhado por um aumento correspondente de oportunidades, pois os países que atraem migrantes bloqueiam sua entrada. O chamado “Mundo Sem Fronteiras” é parte da definição da globalização, mas não se aplica ao movimento de pessoas (MARTINE, 2005). Este autor acrescenta que

(...) o capital humano é um fator de produção que, formalmente, não tem livre trânsito entre fronteiras nos dias de hoje; não existe um “mercado global de trabalho”. As fronteiras abrem-se para o fluxo de capitais e mercadorias, mas estão cada vez mais fechadas aos migrantes: essa é a grande inconsistência que define o atual momento histórico no que se refere às migrações internacionais (2005, p.8).

No contexto do desenvolvimento capitalista, a mobilidade da força de trabalho desempenha um papel importante. A idéia de que o livre comércio alavanca a produção mundial com o rompimento de fronteiras e o fluxo livre de pessoas não procede quando analisamos as condições a que os/as imigrados/as são e estão submetidos/as.

Considerando o gênero como destaque o fenômeno migratório

A migração é um importante elemento na produção da força de trabalho e atriz no processo de expansão do mercado de trabalho. As transformações sociais e políticas na sociedade moderna estabelecem, cada dia mais, uma preocupação com as novas formas de inserção no mundo do trabalho e na manutenção da exploração do/a trabalhador/as.

Sabemos que considerar o fenômeno migratório do ponto de vista do “homem” dotado de força-de-trabalho, não confere à realidade atual das transformações no mundo do trabalho. Como afirma Almeida (1998), o campo epistemológico das ciências humanas tem sido omissivo em relação à categoria gênero, “dado que o androcentrismo que permeia as construções teóricas das ciências sempre relegou os feitos femininos a um plano praticamente inexistente” (1998, p.44). A suposta neutralidade sexual das ciências tem, na verdade, demonstrado um posicionamento negligente em adotar uma categoria de análise tão importante e, o que é pior, tem sido conivente com as imposições misóginas de “fazer ciência”.

É mister analisar e compreender que os/as atores/atrizes sociais percorrem trajetórias, configuradas em suas relações com outros/as, consolidam a sua própria maneira de perceber a realidade e de vivê-la, constroem sua própria identidade e, muitas vezes, instituem territórios e lugares. No entanto, alguns/as atores/atrizes sociais são repelidos/as a territórios já demarcados para e por uma dita sociedade que, na realidade, reforça a exclusão, suprime as diferenças de classe, gênero e raça.

Almejamos refletir sobre e questionar as situações e condições da mulher migrante, que tem se constituído um ponto importante de preocupação e investigação das ciências humanas em geral. Percebemos que, nos intercursos disciplinares, nas trocas possíveis entre ciências, diferentes são os enfoques dados no que diz respeito à migração contemporânea. Seja no destaque às transformações econômicas como responsáveis pelos deslocamentos, seja na constituição da sociedade moderna, no aumento vertiginoso da presença feminina no fenômeno migratório, em diversos níveis, o/a migrante é o sujeito sujeitado ao mundo do trabalho, na venda de sua força de trabalho, o que traduzem por “melhoria da vida e do bem-estar”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Mobilidade do trabalho e reprodução do capital nos cerrados piauienses, **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia – Goiás, v. 24, n. 1-2 p. 43-53 jan./dez. 2004

ARAUJO, Ângela Maria C.; FERREIRA, Verônica C. Relações de gênero e sindicatos no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, Maria Isabel B. (org^a.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed.34, 2000.

BECKER, Olga Maria S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná E. de.; GOMES, Paulo César da C.; CORREA, Roberto L. (orgs.) **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

HARVEY, David. **A mobilidade do capital variável e da força de trabalho**. Disponível em: <http://blog.controversia.com.br>. Acessado em: outubro de 2009

HIRATA, Helena; HUMPHREY, Jonh. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. **Revista de Economia Política**. N.16, v.4, pp.87-107, out./dez. de 1984.

MARTINS, José de S. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES et al (orgs.) **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio**: desafios pastorais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MARTINE, George. A Globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21, **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3-22, Jul./Set. 2005.

SANTOS, Milton. O espaço sem cidadãos. In: _____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Izildo Carlos Alves da. **A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva**: estudo das tendências migratórias em Santo André-SP. Dissertação (mestrado em Geografia-FFLCH), Universidade de São Paulo, 2008

VAINER, Carlos. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: PÓVOA NETO, Hélión; FERREIRA, Ademir P. (orgs.) **Cruzando fronteiras disciplinares**: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 231-274.